



<b>Bolsas</b> Na sexta-feira  São Paulo: <b>0,59%</b> Nova York: <b>0,75%</b>	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias  104.404 (16/11)   103.035 (19/11)	<b>Salário mínimo</b> Na sexta-feira <b>R\$ 1.100</b>	<b>Dólar</b> Últimas cotações (em R\$) Na sexta-feira <b>R\$ 5,609</b> (+0,7%)	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira <b>R\$ 6,330</b>	<b>Capital de giro</b> Na sexta-feira <b>6,76%</b>	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano) <b>8,43%</b>	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %) Junho/2021: 0,53 Julho/2021: 0,96 Agosto/2021: 0,87 Setembro/2021: 1,16 Outubro/2021: 1,25
---	---	---	--	--	--	--	--

**CONJUNTURA /** Pesquisa do Sebrae mostra que 62% dos negócios de menor porte que sobreviveram ao fechamento, na pandemia, sofrem com encarecimento de insumos como gás e energia elétrica

# Alta de custos e juros pressiona MPE

» TAINÁ ANDRADE  
» MARIA EDUARDA ANGELI\*

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Vitor Ribeiro e o irmão Pedro, donos do Restaurante Curcuma Tempero Brasileiro, acumularam dívidas para manter o negócio

Quando a pandemia de covid-19 deu uma trégua para o comércio, e os empreendedores puderam reabrir as portas e retomar as vendas presenciais, surgiu um outro vilão: a inflação, que encareceu o custo de matérias primas e insumos. Além disso, a disparada dos preços levou o Banco Central a subir os juros, o que inibiu os negócios, especialmente das micro e pequenas empresas (MPE).

Pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontou um índice de continuidade de 85% dos empreendimentos no Brasil, mesmo com o baque gerado pela crise sanitária. No entanto, os empreendedores têm se sentido pressionados com os elevados preços das mercadorias, combustíveis e insumos. Uma parcela de 62% do segmento tem feito malabarismo para manter os negócios diante do cenário atual.

Pedro Ribeiro, 21 anos, proprietário do restaurante Cúrcuma Tempero Brasileiro é um exemplo. Localizado em Vicente Pires, o empreendimento tem dois andares, self service diário, espaço para eventos e, atualmente, aceita encomendas para a ceia de Natal. Pedro abriu o restaurante em fevereiro de 2020, com um investimento inicial de R\$ 150 mil. Uma

semana depois, teve que fechar devido à pandemia.

“A situação atual não está das melhores. Precisei recorrer a linhas de crédito e vendi uma casa para quitar as dívidas que fiz para iniciar o restaurante. Meu pai também pegou linha de crédito para dar uma guinada no negócio. Tivemos amigos que forneceram uma certa quantidade de dinheiro para nos ajudar, o que em

muitos momentos foi importante”, relembrou o jovem.

Na avaliação de Valdir Oliveira, diretor superintendente do Sebrae no DF, a situação é preocupante, pois os custos diários não abrem espaço para se reinvestir na própria empresa — o que é fundamental para girar o negócio. “Se o crédito não chegar aos mais necessitados, principalmente pelas microempresas, e se não

conseguirmos desonerar os pequenos negócios com isenções tributárias e desburocratização para que eles reinvestam em seus negócios, será mais difícil a recuperação”, alertou.

Outro motivo de reclamação frequente tem sido as despesas com gás e energia elétrica. Segundo a pesquisa, 77% das MPE sentiram o impacto da alta dos preços. Kendy, como é conhecido, é

proprietário do salão Kendy Coiffeur e relata que, a crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus foi a pior que já enfrentou. Mas, no momento, o novo combate é com a conta de luz. Para o dono do salão, embora o resultado do mês seja proporcional ao uso dos instrumentos de trabalho, o preço da energia dobrou. “O salão de beleza consome muita energia. Temos ar-condicionado,

secador, lavatório, lavadora, secadora, além da iluminação, que é muita”, explicou.

Sobre a alta dos preços de matérias-primas e insumos, o gerente de Análise Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcelo Azevedo, avalia que o pior já passou, mas diz que a recuperação ainda deve demorar. “Tanto a CNI como os empresários já se frustraram muito por achar que essa melhora ia ser rápida. Esses problemas vão se espalhando pela economia, então é preciso estar preparado”, frisou.

## Fim de ano

Normalmente, o fim do ano é a época de maior faturamento para os empreendedores em geral, por isso é tão esperada. Mas, pela análise de Valdir Oliveira, em 2021 o período não será o suficiente para recuperar o fôlego das MPE. “Segundo pesquisas, a pequena empresa não suporta, em média, mais do que 27 dias sem faturar. Ficaram meses. Estão praticamente todos quebrados. A solução encontrada pelo governo foi o crédito. Mas as pequenas empresas que tiveram acesso se endividaram, prejudicando ainda mais a sua capacidade de alavancagem. Infelizmente, estamos chegando ao fim do ano com pouco ou nenhum fôlego para aproveitar o melhor momento de faturamento”, diz.

\*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

## Brasil S/A



por Antonio Machado  
machado@cidadebiz.com.br

## Tempo de iluminismo

As finanças públicas estão na ordem do dia e vão continuar até o Congresso votar a lei orçamentária (LOA) de 2022, provavelmente no fim do ano, mas, apesar de muito calor na discussão, pode-se dizer, desde já, que o resultado, qualquer que seja ele, será ruim para o desempenho da economia, a dinâmica social e o futuro imediato.

Boa parte do que o Congresso vem aprovando ou o governo decretando terá de ser revisada pela nova administração em 2023, sob pena de a situação se tornar ingovernável, começando pela sua sustentação política à base de repasses sem escrutínio público por ora suspensos pelo STF — as tais emendas de relator, ou RP9, no jargão da LOA.

Em tese, tanto Jair Bolsonaro quanto os parlamentares que o apoiam estão empenhados em aprovar a emenda à Constituição que consagrará o calote do grosso das dívidas inapagáveis da União, conhecidas por precatórios. A PEC passou na Câmara e tramita agora no Senado.

Ela direciona parte do beijo dos R\$ 89 bilhões de precatórios para aumentar o valor dos bônus do Bolsa Família, renomeado de Auxílio Brasil. O número de famílias pobres assistidas também será maior — 17 a 20 milhões, acima das 14 milhões cobertas pelo BF e abaixo das quase 30 milhões remanescentes do auxílio emergencial, que acabou.

Na conta da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado, o novo BF custará

R\$ 46,9 bilhões. Já entre postergação de pagamento de precatórios (calote, na prática) e o recálculo do teto de gasto do orçamento (uma medida constitucionalizada em 2016) haverá R\$ 93 bilhões de “sobra” contábil. As aspas são para realçar a ficção.

Como o orçamento federal é deficitário há vários anos, todo gasto novo é pago com emissão de dívida. Além disso, se é tudo pelo social, o que fazer com o excedente fiscal desse casuísmo, a pedalada do bolsonarismo, que levou à cassação do mandato de Dilma Rousseff?

O BF repaginado atende ao plano eleitoral de Bolsonaro. Parte do “resto”, algo como R\$ 24 bilhões, destina-se a forrar as emendas do “orçamento secreto” gerido pela direção da Câmara e a do Senado, além de dobrar para R\$ 5 bilhões o fundo eleitoral dos partidos.

Governo, deputados e agora senadores, muito embora parte deles não esteja disposta a bancar tal lambança pelo valor de face, manipulam bilhões de reais no ocaso de seus mandatos, sem nenhuma relação com um programa sustentado de crescimento. Salva-se só o naco social.

## Verdades desagradáveis

Quatro observações desagradáveis se fazem necessárias.

A primeira é que o Bolsa Família encorpado é medida meritória. A fome voltou, há

## GRUPO DE EMPRESÁRIOS SE ARTICULA PARA REVIGORAR O POTENCIAL DA ECONOMIA, QUE VOLTOU A SE DETERIORAR

relatos de desmaios de crianças em escolas públicas em vários estados devido à desnutrição. Famílias estão vivendo em tendas na rua em São Paulo. Perderam a renda informal na pandemia, foram despejadas e são invisíveis às redes oficiais de amparo.

A segunda observação é que o governo teve tempo para fazer melhor que as administrações passadas, assim como se preparar para o pós-pandemia, de modo que programas como o BF se tornassem excepcionais, e não uma renda básica permanente, como de fato são, se a economia cresce pouco e não cria empregos formais no ritmo necessário.

A terceira é o descaso dos governantes, dos parlamentares e de boa parte da chamada elite pensante e econômica com uma ação séria para introjetar o desenvolvimento como meio de eliminar o déficit social ao longo do tempo. Política econômica sem efeitos sobre o bem-estar médio geral é como carro sem combustível: não leva a lugar nenhum.

A quarta observação é de espanto com a supressão de tais assuntos da formulação executiva da economia e das ações parlamentares. Os líderes da coalizão governante, com Bolsonaro, só se tem dedicado a bolar esquemas eleitorais à falta de atributos reais para mostrar.

## Coalhada azeda indigesta

Este é o panorama das contas públicas à espera do novo presidente em 2023 e de outra legislatura: uma coalhada azeda indigesta. Mais que problemas na economia, o que necrosou no país é o sistema de representação parlamentar por meio de partidos cuja maior fim é a captura de recursos públicos para interesses eleitorais, pessoais e de lobbies econômicos que os circundam nas bases regionais.

Se antes governo e parlamento se chantageavam mutuamente em torno das emendas que dão base à apropriação de verbas fiscais, à revelia de um plano geral de investimento, hoje se aliam por conveniência para impedir transparência, vedar a entrada de quem não fecha com eles e para erodir a única instância que ousa lhes contestar — o STF. Essa estrutura política anacrônica é o que há de mais grave.

Soa ingênuo pedir reformas como a administrativa, quando o que tem de mudar é a governança do Estado federal, fonte dos privilégios da burocracia que os apologistas do governo pequeno pretendem ferir. É querer enxugar gelo, além de criminalizar o grosso do funcionalismo em funções essenciais, como saúde, educação e segurança. A reforma tributária, dissociada do

custeio da máquina pública e dos repasses de renda aos grupos à margem do mercado formal de trabalho, vira o que foi a proposta votada na Câmara e em boa hora travada no Senado — remendos no IR, sem lógica econômica nem equidade impositiva.

## A má e a boa notícia

A má notícia é que nada disso despontou até agora na retórica dos aspirantes a presidente da República que se dizem de terceira via, todos aplicados em se mostrar confiáveis ao mundo das finanças.

A indiferença com a estagnação econômica desde a recessão de 2015-16 é perturbadora. Há duas megatendências em curso: de um lado, a desindustrialização em fase quase terminal aqui; de outro, o ritmo acelerado de transformações tecnológicas no mundo, como a do padrão de motor a combustão para elétrico. Sem adequação, põe-se em risco o setor automotivo, tal como perdemos tantos outros, da eletrônica de consumo à informática, convertidas em meras montadoras de peças.

A boa notícia é que começa a se formar um grupo de empresários dispostos a revitalizar o potencial econômico e social do país, colaborando com iniciativas e ideias para promover educação de base e ensino profissionalizante com viés tecnológico, lançar programas de produtividade, sobretudo de pequenas e médias empresas e, não menos relevante, buscar atrair as lideranças políticas para o propósito maior do desenvolvimento.

O Brasil arrumado será a prenda mais cobiçada na praça global.